



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Lixo Eletrônico

Saiba quais são os impactos sobre o meio ambiente e conheça a forma correta de descarte destes materiais

NESTA EDIÇÃO

Central de Penas e Medidas Alternativas completa um ano

Desembargadora aposentada Leide Polo e seu trabalho na Conciliação em Campinas

O mesário nas eleições

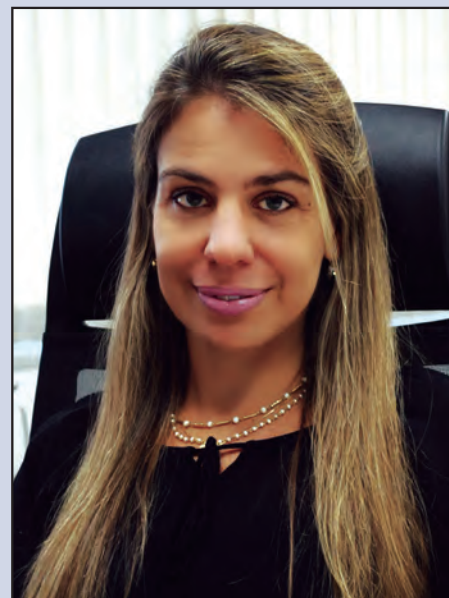
Prevenção Odontológica

Subseção de São João da Boa Vista

TRABALHO E PERSPECTIVAS

Estamos iniciando o último trimestre de 2014 com muito trabalho pela frente. A partir do início de outubro, os candidatos aprovados no concurso público tomarão posse e serão lotados nas Varas, Juizados e Setores Administrativos dos Fóruns da capital e do interior, suprimindo boa parte dos claros atualmente existentes. Nossa perspectiva é completar o quadro de lotação em janeiro de 2015, atendendo todas as solicitações feitas pelos magistrados, bem como adequando a lotação dos servidores já integrantes do quadro, conforme seus interesses e necessidades e de acordo com a conveniência da Administração Pública. Até o final do ano, em cumprimento à Lei nº 12.011/2009, serão inauguradas uma Vara em São Vicente e Juizados Especiais Federais em Mauá, Itapeva e Guaratinguetá; Barueri será contemplada com duas Varas e um Juizado, suprimindo uma forte demanda local. Em 25 de setembro deste ano foram criadas as 9ª e 10ª Varas Previdenciárias

na capital, de extrema importância para o processamento e julgamento do grande e crescente número de ações existentes, dado que reflete a insatisfação dos segurados e dependentes com os serviços prestados no âmbito administrativo e a confiança no Poder Judiciário para sua solução. Pouco a pouco, estão sendo reestruturados os quadros de lotação das Varas, Juizados e Turmas Recursais de toda Seção Judiciária, adequando-os à real demanda, buscando otimizar e tornar mais eficiente a prestação jurisdicional. A Diretoria do Foro tem envidado todos os esforços para proporcionar aos juízes e servidores as melhores condições de trabalho, sempre ciente de que nosso objetivo é oferecer os meios necessários para realização da atividade fim. Está à disposição de todos vocês! Destaco, para finalizar, as principais matérias apresentadas na presente edição desta revista: “Lixo Eletrônico”; “CEPEMA completa um ano”; “Desembargadora Conciliadora”; “O trabalho nas eleições” e



Giselle de Amaro e França
Diretora do Foro

“Programa de Prevenção Odontológica”. Para encerrar, um rápido giro pela Subseção de São João da Boa Vista com sua história e peculiaridades.

Boa leitura a todos!
Um grande abraço,



Giselle de Amaro e França
Juíza Federal Diretora do Foro

Valdeci dos Santos
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro

Rodrigo Corral
Diretor da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de Comunicação Social

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Estagiários
Bárbara Alcalde de Lima
Teidy Nakao
Beatriz Nascimento

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS COMPLETA UM ANO

No dia 1º de outubro a Central de Penas e Medidas Alternativas Federal - CEPEMA completou seu primeiro ano de existência. Localizada no Fórum Criminal da capital paulista, a CEPEMA nasceu de uma parceria entre o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP).

As penas alternativas foram criadas como forma de punição àqueles que cometem crimes de menor potencial ofensivo, sem necessariamente ter de mandá-los à prisão. Assim, evita-se colocar essas pessoas ao lado de criminosos de grande periculosidade, não os expondo ao ambiente degradante da cadeia e diminuindo o problema da falta de espaço nas penitenciárias.

Acima de tudo, faz com que o apenado seja reinserido na sociedade, por meio de prestação de serviços a uma instituição. “É uma forma de colocar outra perspectiva de vida nessas pessoas. Às vezes o sujeito num determinado momento da vida, desviou-se, cometeu um crime e foi condenado. Aí é que entra o trabalho da CEPEMA”, afirma o juiz federal Alessandro Diaferia, coordenador geral da Central.

A CEPEMA é responsável por receber, encaminhar e fiscalizar a prestação de serviços dos condenados da Subseção Judiciária de São Paulo ou de outras subseções, mas que residem na capital. Ela conta com uma equipe multidisciplinar de servidores e estagiários nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Direito e Administração.

Em um ano de funcionamento, a CEPEMA cadastrou cerca de 370 apenados para prestar serviço junto a 60 instituições parceiras. Também foram firmados convênios com instituições para realização de cursos nos finais de semana e pesquisas no campo da Psicologia.

“Pela estatística, acreditamos que o feedback neste primeiro ano é muito bom. Tivemos um percentual de somente 3,9% de evasão, que são pessoas que abandonaram o cumprimento, o que é um número muito baixo. Atualmente, temos 325 apenados em acompanhamento”, relata Alessandro Diaferia.

Outro exemplo que comprova o sucesso da CEPEMA refere-se ao caso de pessoas que, mesmo após terem terminado o período de cumprimento da pena, continuaram trabalhando como voluntários nas instituições por iniciativa própria.

“É aí que entra a importância do trabalho feito através dos psicólogos e assistentes sociais. A pessoa chega, faz uma entrevista individualizada e isso permite identificar seu potencial, suas características e o melhor tipo de serviço para ela. Isso acaba gerando um retorno muito positivo”, garante o juiz.

Mudanças e Perspectivas

Recentemente, no mês de julho, o Conselho da Justiça Federal implantou uma disciplina a respeito dos valores das prestações pecuniárias. A Resolução n.º 295/2014 diz que a própria CEPEMA



**Coordenador geral da CEPEMA
juiz federal Alessandro Diaferia**

vai gerir todo o valor arrecadado com as prestações pecuniárias fixadas na pena.

Alessandro Diaferia explica como funcionará: “Iremos abrir uma conta e posteriormente estes valores serão destinados, com critérios estabelecidos na própria Resolução, para financiar projetos que visem à reinserção do indivíduo na sociedade. Ainda são passos iniciais que, com o tempo, irão se desenvolver e com certeza será muito benéfico para todos”.

A CEPEMA da capital é apenas a primeira Central do tipo criada na Seção Judiciária de São Paulo. Entretanto, a tendência é que no futuro outras sejam instaladas. “Nós vemos como muito positiva a expansão da CEPEMA para outras subseções, onde haja varas especializadas em competência criminal, como Campinas, Santos e Ribeirão Preto. E nós teremos toda satisfação de compartilhar as práticas e expandir essa ideia que é vitoriosa e benéfica para a sociedade”, finaliza o juiz. ■

Assista ao vídeo reportagem desta matéria.



Equipe de trabalho da CEPEMA

QUANDO A PENA ALTERNATIVA TERMINA... O QUE FICA?

M. relata que a instituição foi escolhida pela localização, pois fica próxima à residência dele. Exerceu atividades de porteiro em um grande hospital público, na porta principal e no pronto socorro e disse ter vivido uma situação muito confortável, pois, apesar de suas inquietações iniciais (medo de não ser bem recebido, de ser segregado por cumprir pena), foi aceito pelos colegas e, por ser o hospital muito grande e populoso, era apenas “mais um” (sic).

A experiência que angariou durante o cumprimento da PSC envolve a oportunidade de direcionar pessoas, muitas vezes desesperadas com suas doenças, para os lugares certos. Como ele mesmo disse, “Ninguém vai ao hospital para passear”. Em determinados momentos, envolvia-se de tal maneira nas atividades, que se esquecia do motivo pelo qual estava ali.

Segundo ele, teve contato com o “outro lado” nos serviços da saúde. Faz uma crítica à postura de alguns funcionários da área administrativa, que deixam de atender de maneira humanizada aqueles que buscam o serviço, oferecendo informações incompletas e, até mesmo com certo descaso, como se os usuários, à razão da instituição, os incomodassem.

Quanto à fiscalização das atividades realizadas, observa que, como cumpria as horas aos domingos, não

tinha proximidade com os responsáveis pelo acompanhamento; chegava e logo lhe eram atribuídas as tarefas do dia, em diferentes locais. Entendemos que isso propiciou seu real envolvimento com o trabalho.

Durante esse período, pode vivenciar diferentes situações: moradores de rua, com sintomas decorrentes da AIDS, que não sabiam onde poderiam ser atendidos; durante a Copa do Mundo, estrangeiros alcoolizados que buscavam o serviço; familiares procurando desaparecidos; pessoas acidentadas; ele fala: “Quando chegava um helicóptero do resgate era uma correria!”.

M. ressalta também a postura daqueles que vão ao hospital público, que pagam convênio médico e que exigem prioridade no atendimento em relação aos atendidos pelo SUS. Ele tinha o dever de orientá-los de que a diferença estava na “hotelaria” e não na espera, onde todos tinham direitos iguais.

Em entrevista de desligamento, avaliou o que viveu de forma positiva e conseguiu expressar aspectos muito interessantes do que Sequeira (2002) denominou engajamento social: “De modo geral, nessa pena, não há quebra do vínculo social, mas fortalecimento desse vínculo pela atividade desenvolvida. Podemos ver isso quando um prestador se envolve num movimento ou numa causa social como a preservação do meio ambiente, o trabalho em hospitais, a construção de moradias, o atendimento aos desempregados, etc. Há um engajamento social” (p.54). ■


REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SEQUEIRA, V. C. *O trabalho vale a pena? Considerações sobre o trabalho na pena alternativa à prisão. Pulsional Revista de Psicanálise. São Paulo, ano 15. n.157. p. 41-56, 2002.*



ACONTECEU - JULHO/AGOSTO



Palestras - Nos dias 4 e 19/8 foram realizadas as palestras “A importância da estratégia no mundo contemporâneo”, proferida por Cláudio Queiroz (foto à esquerda) e “Cultura da Cooperação – o desafio de conviver e fazer juntos”, com Luciano Lannes (foto à direita). 



SEI - Foi ministrado no dia 20/8 o “Minicurso de utilização do SEI” pelo servidor do TRF3, Alberto Lobão Cazarin. O curso apresentou aos participantes os recursos básicos do Sistema Eletrônico de Informações e visou uniformizar os procedimentos comuns a todos os servidores.





Coleta Seletiva - Funcionários terceirizados da capital receberam nos meses de agosto e setembro um treinamento sobre a destinação correta do lixo. O objetivo foi definir a melhor forma de implantar ações e instruir sobre o procedimento de retirada de materiais descartados pelas varas e unidades administrativas.



CONCILIAÇÃO – Entre os dias 17 e 19/9 foram ministradas as aulas teóricas do “Curso de Formação de Conciliadores”, organizado pelo Gabinete da Conciliação do TRF3 em parceria com a EMAG. O treinamento abordou técnicas sobre como conduzir uma audiência e mediar conflitos. Após as aulas teóricas, os participantes devem cumprir estágio obrigatório de 30 horas nas Centrais de Conciliação.



Leilão - Foi realizado no dia 27/8, no auditório da Receita Federal em São Paulo, um leilão de imóveis organizado pela CEHAS. Os lotes eram de apartamentos e salas comerciais de um empreendimento em São Bernardo do Campo avaliados em R\$ 100 milhões. Cerca de 350 pessoas compareceram ao evento. 

 Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na internet.



Livro - O juiz federal Renato Lopes Becho, da 10ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo, lançou no dia 21/8 seu livro “Responsabilidade Tributária de Terceiros – CTN, arts. 134 e 135” na Livraria Saraiva do Shopping Pátio Higienópolis, na capital de São Paulo.



CEPEMA – No dia 19/9, a CEPEMA recebeu do Centro Franciscano de Luta Contra AIDS (CEFRAN) uma placa em agradecimento pela parceria com a JF/SP no encaminhamento de apenados para prestação de serviços na instituição. A homenagem ocorreu durante a comemoração dos 20 anos da entidade. 📺



Agentes de Segurança – Entre os meses de setembro e outubro, 116 agentes de segurança participaram do “Curso de Reciclagem dos Agentes de Segurança da JFSP”. Os servidores receberam orientações sobre técnica de defesa pessoal e teste de condicionamento físico, entre outros. 📺



JEF – No dia 27/8 o Simpósio de Direito Previdenciário do JEF da 3ª Região reuniu magistrados, acadêmicos, servidores e advogados na sede do órgão em São Paulo. Os participantes debateram temas como processo eletrônico e celeridade processual, perspectivas de funcionamento do JEF e as resoluções que tratam do peticionamento eletrônico.




COMUNICAÇÃO INCLUSIVA – A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo realizou, no dia 25/9, o III Encontro de Gestores de Comunicação sob o tema “Desafios da Inclusão”. O evento debateu a importância dos meios de comunicação em divulgarem suas informações levando em consideração as necessidades das pessoas com deficiência visual, física, auditiva e intelectual. O Núcleo de Comunicação Social da JF/SP esteve presente no encontro.

DECISÕES JUDICIAIS




Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.


29/9 - SURDEZ UNILATERAL NÃO DÁ DIREITO À VAGA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Candidato com deficiência auditiva em um dos ouvidos – surdez unilateral – não tem direito a concorrer às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais em concurso público. 


24/9 - DENÚNCIA CONTRA EMPRESÁRIO SERÁ ANALISADA NO RIO DE JANEIRO

A denúncia apresentada contra o empresário Eike Fuhrken Batista, pelo suposto uso indevido de informações privilegiadas (art. 27-D, Lei 10.303/2001) e manipulação do mercado financeiro (art. 27-C, Lei 10.303/2001), deverá ser julgada pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. 


12/9 - ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NÃO PODE RETIRAR PROCESSO ATIVO DO CARTÓRIO

A decisão baseou-se no inciso XV, artigo 7º, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), que não faz qualquer alusão a instrumento procuratório. Neste caso, deve-se aplicar a regra geral combinada com a legislação processual civil, conforme ressalta o desembargador federal Carlos Muta, relator do mandado de segurança. 


29/8 - PRESIDENTE DO TRF3 SUSPENDE DECISÃO QUE PARALISAVA USINA DE ILHA SOLTEIRA

Os autores pleiteavam a paralisação das atividades da usina, sob o fundamento de que estava sendo gerada energia a qualquer custo, pois o reservatório estaria abaixo da quota mínima de operação, em violação ao princípio do uso múltiplo da água, com prejuízos a todos que dependem economicamente da represa. 


26/9 - ESTUDANTE INADIMPLENTE EM DIFICULDADE FINANCEIRA OBTÉM DIREITO A REMATRÍCULA

A decisão, publicada no Diário Eletrônico em 1º de setembro, reconheceu o direito à realização de matrícula, mesmo que requerida fora do prazo do calendário acadêmico. Para o magistrado, o assunto tem jurisprudência pacificada, quando ocorre por motivo financeiro. 


22/9 - DECISÃO NEGA A TÉCNICO DE SEGURO SOCIAL EQUIPARAÇÃO AO SALÁRIO DE ANALISTA

Os autores da ação apresentaram como principal argumento o fato de exercerem efetivamente as atribuições de analista, pleiteando as diferenças salariais a título de equiparação. Declararam que houve desvio de função pelo efetivo exercício das atividades inerentes ao cargo de hierarquia superior. 


8/9 - EMISSORA É PROIBIDA DE VEICULAR PROGRAMAS COM CONTEÚDO OFENSIVO

Foi julgada improcedente a ação proposta pela TV Ômega Ltda. (Rede TV), que buscava limitar o cumprimento de obrigações assumidas judicialmente em 2005, referente ao conteúdo ofensivo de alguns programas da emissora. A autora da ação argumentava que as restrições impostas deveriam valer apenas para os programas da época. 


21/8 - PORTADOR DE HIV GARANTE DIREITO DE PERMANECER EM SELEÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Um candidato garantiu por meio de liminar o direito de reingressar no processo seletivo de profissionais de nível superior para prestação de serviço militar temporário da Aeronáutica. Ele entrou com um mandado de segurança após ter sido reprovado na inspeção de saúde inicial, devido ao diagnóstico de HIV em seus exames. 


26/9 - PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR TEM DIREITO À VAGA RESERVADA EM CONCURSO PÚBLICO

“Estando perfeitamente comprovado nos autos que a autora se amolda ao conceito de deficiente visual, em face do comprometimento total da visão no olho esquerdo (visão monocular), sem possibilidade de recuperação, tem-se que o caso sob análise amolda-se ao enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça”. 


16/9 - EX-DIRETOR DA PARMALAT É CONDENADO POR SONEGAÇÃO FISCAL

A 7ª Vara Federal Criminal condenou um ex-diretor da Parmalat Participações Ltda., atualmente Carital Brasil Ltda., a sete anos de reclusão e pagamento de multa pela prática de sonegação fiscal. A sentença fixou também reparação de danos causados à coletividade no valor de R\$ 1 milhão. 

4/9 - VAGA DE NÍVEL TÉCNICO PODE SER OCUPADA POR NÍVEL SUPERIOR CORRELATO

Decisão da desembargadora federal Consuelo Yoshida (TRF3) determinou que é possível ao candidato aprovado em concurso para provimento de cargos de nível técnico comprovar sua escolaridade mediante a apresentação de diploma de nível superior correlato. 

1/8 - TRÊS SÃO CONDENADOS POR TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMAS EM SANTOS

De acordo com a denúncia, a organização criminosa era baseada no município de Engenheiro Caldas/MG e atuava principalmente no trajeto Estados Unidos/Porto de Santos. O tráfico envolvia munições e armas de calibre restrito, buscando sempre burlar a fiscalização alfandegária para mantê-las no território brasileiro. 

DESEMBARGADORA FEDERAL ATUA COMO CONCILIADORA

Aposentada desde março de 2012 pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), a desembargadora federal Leide Polo continua atuante no Poder Judiciário, agora em um novo seguimento: a Conciliação. Em outubro de 2013, ela ingressou no Curso Teórico sobre Conciliação em Campinas (SP), onde é exigido estágio obrigatório de 30 horas na Central de Conciliação (CECON) e, desde junho de 2014, atua como conciliadora-voluntária naquele local.

Duas vezes por semana, a desembargadora aposentada une-se aos demais voluntários da CECON para o trabalho iniciado com a chamada oral das partes (incluindo os prepostos da CEF, Infraero, INSS, etc.) ou da pessoa interessada quando se trata de uma reclamação pré-processual. Em seguida é feita a mediação do conflito que se apresenta na sessão.

A nova rotina surgiu por conta da aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade. “Para o profissional que dedicou sua vida à função pública, em verdade, exige-se uma fase de transição, uma atividade adequada que é exercida para além dessa data estabelecida compulsoriamente”, afirma Leide Polo.

Para ela, o Direito, após anos de estudo e trabalho, torna-se elemento



Leide Polo (de óculos à direita da mesa) com a equipe da CECON/Campinas

intrínseco (pessoal e intelectual) para quem o exerce, quer como advogado, procurador, promotor ou juiz. “Foi isso que direcionou minha escolha pela atividade de conciliadora, entre outras atividades voluntárias sociais de igual importância que exerço em meu tempo diário”.

Apesar de ser vedado ao conciliador abordar o mérito da questão jurídica que é posta em conflito, a experiência da desembargadora agrega valor ao trabalho da CECON. “Dentro dos limites da conciliação, se faz necessária uma orientação para a parte interessada ter conhecimento da espécie de demanda, suas fases procedimentais e recursos que poderão prolongá-la no tempo. Ademais, um conflito que se soluciona via ‘conciliação’ quase sempre é melhor para a saúde dos interessados”, explica.

“Sem dúvida, a adequação das situações conflituosas tem especial utilidade nas conciliações sobre Direito de Família, com infinitas dissidências interpessoais. Faz-se imprescindível, nesses casos, um trabalho educativo que preze o respeito e afaste o ressentimento. Embora difícil essa possibilidade, é do conciliador, a meu ver, a obrigação pela perspectiva de alcance da paz social”, ressalta a desembargadora.

Leide Polo concorda com a afirmação de que a conciliação é uma alternativa para desafogar o Judiciário. “Quando uma sessão termina em acordo entre as partes nos casos denominados ‘pré-processuais’, evita-se o ajuizamento de uma ação judicial, resultando um número a menos no acervo do Poder Judiciário, e, no processo já instaurado, a realização de um acordo abrevia-lhe a solução. Tenho observado que algumas pessoas se apresentam reticentes ao adentrarem na sala da CECON, mas após os primeiros diálogos com os conciliadores mostram-se mais receptivas à assimilação desse método conciliatório de solução de conflito”. ■

CECON/CAMPINAS

Instalação: 20 de setembro de 2011

Coordenação: juiz federal
Raul Mariano Júnior

Adjunto: juiz federal
Valter Antoniasse Maccaronne

Composição: cinco servidores e 33
conciliadores-voluntários

De setembro/ 2011 a agosto/2014: foram realizadas 5.353 sessões de conciliação, com 2.537 acordos homologados, totalizando o valor de R\$ 42.150.335,44.

LEIDE POLO

Nascida em Jauá, interior paulista, concluiu o 2º Grau no Instituto de Educação Coronel Joaquim Ribeiro, em Rio Claro/SP, formando-se Bacharel em Direito pela PUC/Campinas. Em 2003 concluiu o curso de Mestrado em Direito Processual Civil na mesma universidade. Foi professora de Educação Moral e Cívica e advogada do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Zona Paulista. Após concurso público, foi nomeada procuradora do INPS (atual INSS) e juíza federal em 1988, atuando na 4ª Vara Cível (capital), 6ª Criminal (capital) e 2ª Vara de Campinas a partir de 1992. Em 23 de maio de 2003 foi promovida ao cargo de desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região pelo critério de antiguidade, onde atuou até março de 2012.

E-LIXO, O VILÃO DO MEIO AMBIENTE

Você se lembra quantas vezes já trocou de celular, computador e televisão nos últimos dez anos? E qual foi a destinação que esses materiais receberam?

A indústria mundial cria, a todo instante, aparelhos eletroeletrônicos com modernos recursos, os quais rapidamente tornam-se obsoletos. A velocidade com que esses bens são substituídos é cada vez maior, gerando um consumo inconsciente e insustentável do ponto de vista ambiental.

Para a produção desses equipamentos são utilizados diversos recursos naturais, e a simples decisão de trocar um aparelho por outro mais moderno pode gerar consequências nocivas ao meio ambiente se o antigo for descartado acidentalmente em um lixo comum tendo como destino os aterros sanitários, que não estão preparados para receber o lixo eletrônico (e-lixo).

E o resultado pode ser a contaminação dos catadores e também do solo, podendo atingir lençóis freáticos e contaminar a água que, por descuido e desinformação, poderá ser consumida por animais ou ser utilizada na irrigação de plantações destinadas ao consumo humano.

Engana-se quem pensa que somente celulares e computadores são

nocivos ao meio ambiente se descartados de maneira negligente. Na lista de equipamentos com potenciais poluentes estão aparelhos de som, eletroportáteis, cafeteiras, geladeiras, micro-ondas, fios, cabos, enfim, todo equipamento que utiliza energia elétrica.

De acordo com um estudo da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), estima-se que neste ano o Brasil gere aproximadamente 1,1 mil toneladas de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE), número que deve aumentar para 1,247 mil toneladas em 2015.

O principal marco regulatório nacional para o tratamento do e-lixo foi a publicação da Lei 12.305 em 2/8/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, envolvendo a União, Estados e Municípios, diversos setores produtivos, incluindo indústrias e comércio, e os consumidores.

A articulação institucional dada pela lei busca soluções para problemas que atingem diretamente a qualidade de vida da população. Entre as propostas estão a reciclagem e a logística reversa.

A reciclagem consiste num processo de transformação dos resíduos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos públicos.

Já a logística reversa trata-se de um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a

restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

No caso do e-lixo, a reciclagem e a logística reversa visam recuperar valor, realizar uma destinação adequada e novamente produtiva aos componentes encontrados e dar tratamento adequado aos inúmeros elementos tóxicos envolvidos na produção.

De acordo com uma análise realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), só em 2007 foram vendidos 1,2 bilhão de aparelhos celulares e 255 milhões de computadores portáteis, consumindo aproximadamente 555 toneladas de prata, 85 toneladas de ouro, 31 toneladas de paládio, 139 mil toneladas de cobre e 11 mil toneladas de cobalto.

Justiça Federal

Na Justiça Federal de São Paulo há a preocupação com o tratamento dado ao e-lixo gerado tanto pelas varas e setores administrativos quanto os oriundos de apreensões em processos criminais.

Alinhada aos compromissos assumidos com a adesão, em agosto de



Você sabia?

Para produzir um chip de memória de 32 MB, com peso de 2g, são consumidos 700g de gases (principalmente nitrogênio), 32 litros de água, 1,6 quilos de combustíveis fósseis, 72 gramas de produtos químicos diversos, além de aproximadamente 285 quilowatts de energia, o equivalente a 380 banhos de 15 minutos cada, em chuveiro elétrico de 3000 watts.



Servidores da JF/SP visitaram a cooperativa Coopermiti, uma das selecionadas para dar tratamento ao lixo eletrônico oriundo de processos criminais.

2013, à “A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública”, do Ministério do Meio Ambiente, a instituição vem progressivamente adotando medidas que garantam a destinação do e-lixo de acordo com as melhores práticas sustentáveis.

Neste ano, a JF/SP, por intermédio da Comissão A3P, realizou um processo de habilitação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis para realizarem o procedimento de coleta, descontaminação e processamento para reciclagem de bens e materiais eletrônicos apreendidos decorrentes de processos criminais.

Conforme o Provimento 64/2005, da Corregedoria Regional, os bens apreendidos considerados imprestáveis ou de inexpressivo valor econômico poderão ser destinados à reciclagem ou incineração, e no caso dos demais, o juiz deverá determinar a destinação podendo ser restituição, destruição, entrega, leilão ou doação.

De acordo com Tadeu Romano, supervisor da Seção de Depósito Judicial da capital, a maior incidência de bens apreendidos são equipamentos relacionados à rádio pirata, celulares, computadores portáteis, CPUs, entre outros.

Quanto aos bens inservíveis gerados pela administração e varas da JF/SP, o processo de desfazimento é realizado pelas Comissões Setoriais existentes nos diversos fóruns, com o auxílio da Comissão Permanente e da Seção de Desfazimento de Bens Inservíveis.

Os equipamentos, quando sem utilidade, são encaminhados para que sejam relacionados, avaliados e

classificados de acordo com o estado de conservação e funcionalidade para que seja dada uma melhor destinação ao bem.

“O processo de desfazimento ou alienação - cessão, permuta, transferência e doação - de bens móveis classificados nos termos da Instrução Normativa n. 06-01 do Conselho da Justiça Federal e do Decreto n. 99.658/90 como: ocioso, antieconômico, recuperável ou irre recuperável, se destina ao reaproveitamento desses bens públicos por outros órgãos da Administração ou entidades com fins sociais”, esclareceu Sidney Barrack, supervisor da Seção de Desfazimento de Bens Inservíveis da JF/SP.

Os bens descartados, através dos processos de desfazimento, são doados para diversos órgãos públicos, tais como: Exército, Aeronáutica, universidades, hospitais, Judiciário Estadual, Ministério Público (Federal e Estadual), Polícias (Federal, Civil e Militar), unidades prisionais e municípios; beneficiando, ainda, várias entidades com fins sociais, como asilos, orfanatos, creches e organizações da sociedade civil de interesse público ligadas ao meio ambiente.

A destinação correta dos bens na JF/SP promove atualização tecnológica, diminuição do impacto ambiental, valorização do patrimônio público, entre outros. Durante os anos de 2009 e 2013 foram realizados 130 processos de desfazimento, sendo 28 na capital e 102 no interior do estado.

Diante de todos os reflexos que afetam a qualidade de vida no simples ato de descartar o material ou dar uma destinação que promova o seu

reaproveitamento, se faz importante uma conscientização de todos para as práticas sustentáveis.

Entre no ciclo dos 3 Rs da sustentabilidade e reduza, reutilize e recicle. Acesse os links e veja onde é possível descartar seu e-lixo sem agredir o meio ambiente: www.ecycle.com.br e www.cidadaoeco.com.br/pontos-de-coleta/ ■

Veja algumas doenças que podem ser causadas por elementos encontrados nos eletrônicos que usamos:

Mercúrio – de fácil absorção por via cutânea e pulmonar, tem efeito cumulativo. Concentrações entre 3g e 30g podem ser fatais ao homem. Provoca lesões no cérebro e tem ação teratogênica (malformação de fetos durante a gravidez).

Cádmio – causa intoxicação crônica, provoca descalcificação óssea, lesões nos rins e pulmões e tem efeito teratogênico e cancerígeno.

Bário - vasoconstritor, eleva a pressão arterial agindo no sistema nervoso central e causa problemas cardíacos.

Cromo - pode causar anemia, afeta o funcionamento dos rins e favorece o câncer pulmonar.

Prata – tem efeito cumulativo, 10g são letais ao homem.

Retardantes de chamas (BRT), utilizados para prevenir incêndio - causam desordens hormonais, nervosas e reprodutivas.

Assista também aos vídeos sobre sustentabilidade na TV Corporativa da JFSP.

O PAPEL DO MESÁRIO NAS ELEIÇÕES

Em ano de eleição, milhares de cidadãos em todo o país contribuem de forma significativa com a democracia. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somente em 2014, cerca de dois milhões de pessoas foram convocadas para atuar como mesários nas eleições. Mas afinal, o que faz o mesário?

Uma de suas responsabilidades é organizar os trabalhos na Seção Eleitoral. É ele quem recebe o eleitor, colhe sua assinatura no caderno de votação e libera a urna eletrônica. O mesário também garante o sigilo do voto e a tranquilidade no local, além de zelar pela segurança da urna.

Todo eleitor maior de 18 anos e em situação regular com a Justiça Eleitoral pode ser mesário. A escolha é feita preferencialmente entre os que possuem nível superior, professores ou servidores do Judiciário. Quando esses critérios não são atendidos, o perfil é expandido pelo cartório eleitoral.

Convocação

O fato de ter sido convocado uma vez para trabalhar não significa que o cidadão será chamado para todas as eleições. A necessidade varia conforme o número de mesários voluntários inscritos e de eleitores das zonas eleitorais. Contudo, existe a obrigatoriedade da prestação do serviço quando é feita a convocação.

Caso não possa comparecer, o eleitor poderá pedir a dispensa ao juiz, apresentando as razões e comprovando a impossibilidade de atender ao chamado. O pedido será analisado para aprovação ou não.

Na hipótese de não comparecimento no dia das eleições, o mesário deve justificar sua ausência em até 30 dias após o pleito. Do contrário, poderá responder por descumprimento de ordem judicial, com pena de multa. Se a pessoa que faltou for servidor público ou autárquico, a pena será de suspensão de até 15 dias.

Benefícios

O eleitor que atua como mesário tem direito a dois dias de folga por dia trabalhado, incluindo os dias destinados a treinamento; preferência no desempate de concursos públicos, quando estiver previsto em edital; e auxílio-alimentação no dia da votação.

Servidores da JF/SP que atuam como mesários



Dario Carvalho De Santis - Apoio à Microinformática da JF em Bragança Paulista.

“Trabalho nas eleições desde 2010, exercendo a função de 1º mesário. Os desafios enfrentados dizem respeito principalmente ao bom andamento da fila, atendimento a pessoas com necessidades especiais e idosos, que não possuem familiaridade com a urna eletrônica. Algumas vezes atendemos pessoas com deficiência visual e também analfabetos, porém, no geral o trabalho é tranquilo, pois a equipe da Seção está junta desde 2010. A prestação do serviço de mesário por parte dos cidadãos empresta credibilidade e auxilia na fiscalização, bem como entrega ao povo participação operacional na eleição.”

No caso do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, há convênios firmados com instituições de ensino superior para que os universitários utilizem as horas trabalhadas nas eleições como atividade curricular.

Ao exercer a função de mesário, o cidadão não está apenas cumprindo um dever legal. Na verdade ele está contribuindo com a efetividade do processo eleitoral e o fortalecimento da democracia no Brasil. ■



Rogério Fernandes Amaral – Núcleo da Folha de Pagamento

“Comecei trabalhando como mesário no Espírito Santo em 1989 e atuei naquele estado até o ano 2000. Em São Paulo, trabalho desde 2012 exercendo a função de apoio logístico (levar as urnas para as escolas, montar as seções, orientar, dar suporte aos mesários, etc). A eleição de 1989 trouxe muitos desafios, pois foi a primeira eleição direta após o fim do Regime Militar. Eram muitos candidatos e a população estava desabituada a eleger, sendo que grande parte nunca havia votado. Foi uma eleição difícil, pois as pessoas demoravam nas cabines e tinham muitas dúvidas. Contudo, aprendi a vivenciar aquele momento do ponto de vista dos eleitores. Em 1989 aconteceu algo comovente, pois os mais velhos estavam orgulhosos em recuperar o direito ao voto. Havia um sentimento de cidadania, patriotismo e muita esperança. Atualmente não há essa comoção, porém a eleição deve ser preservada, valorizada e comemorada, pois estamos evoluindo, e a evolução da cidadania é gradual e constante. Aprendemos um pouco a cada eleição e é muito bom participar desse processo.”

PROGRAMA DE PREVENÇÃO ODONTOLÓGICA

Acesse as informações do Programa Preventivo Odontológico por meio do banner disponível na intranet.

Um aspecto importante do bem-estar das pessoas envolve o cuidado com a saúde bucal, já que o desequilíbrio nessa área pode trazer consequências para a saúde geral do indivíduo. Especialistas apontam que alguns tipos de infecções bucais, se não tratadas adequadamente, podem atingir órgãos como coração e pulmão, provocando diversas complicações.

Deste modo, a adoção de medidas preventivas torna-se essencial, tanto para evitar o aparecimento de doenças, quanto para diagnosticá-las precocemente impedindo o seu agravamento. Pensando nisso, o Núcleo de Saúde da Justiça Federal em São Paulo lançou, em agosto deste ano, o Programa Preventivo Odontológico para magistrados e servidores.

O programa consiste em um rastreamento das doenças bucais por meio de preenchimento de questionário e realização de exame radiológico. As perguntas abordam os hábitos adotados na higiene bucal; percepção de dor, mobilidade ou ranger dos dentes; aparecimento de lesões na cavidade oral; dor nos músculos da face e mandíbula; entre outros tópicos.

“Atualmente, o avanço da odontologia nos direciona cada vez

mais para o campo da prevenção em busca da saúde bucal, proporcionando a manutenção da saúde geral, bem como a qualidade de vida do indivíduo”, afirma Antônio Sérgio Rodrigues, diretor do Núcleo de Saúde.

Participação no programa

Para participar, o magistrado ou servidor deve primeiramente responder ao questionário disponível na página da intranet da JF/SP. Todas as informações serão tratadas de maneira confidencial e analisadas pela equipe odontológica da instituição.

Em seguida, é preciso solicitar um pedido de radiografia panorâmica ao Setor Odontológico, entrando em contato previamente pelo e-mail jfsp-adm-odontologia@jfsp.jus.br ou telefones (11) 2172-6476/6477. O pedido poderá ser retirado pessoalmente na Rua Peixoto Gomide, nº 768, capital, ou ser enviado por malote.

O exame deverá ser realizado em clínicas radiológicas e o custo será por conta do interessado. Radiografias panorâmicas realizadas nos últimos seis meses também serão aceitas para avaliação.

O terceiro passo é o envio do documento ao Setor Odontológico, via

protocolo ou malote, para ser analisado pelos dentistas do quadro. Para isso, basta utilizar o formulário “Encaminhamento de Documento”, disponível no link “Formulários” da intranet. Após avaliação do questionário e da radiografia, os participantes receberão por e-mail uma carta devolutiva com orientações. Essa carta poderá ou não conter um convite para avaliação clínica a ser realizada pelos dentistas da JF.

Os casos que necessitarem de uma abordagem especializada serão encaminhados para a rede credenciada ou então a profissionais particulares de livre escolha. Após o tratamento, os interessados poderão procurar o Setor Odontológico para uma reavaliação.

Como a preservação de uma boa saúde bucal tem impacto direto no bem-estar do indivíduo, a participação no Programa Preventivo Odontológico assume um importante papel para quem trabalha na instituição. “Espera-se que os benefícios trazidos com a prevenção, para a vida pessoal, sejam a obtenção de informações de saúde, o diagnóstico precoce de alterações bucais e uma melhor qualidade de vida. Para a vida profissional, o direito a uma relação harmônica e bem-sucedida entre saúde e o trabalho”, ressalta a equipe do Setor Odontológico. ■

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

27ª Subseção

Situada no pé da Serra da Mantiqueira, a cidade está localizada a 220 km de São Paulo/SP e possui mais de 83 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE - Censo/2010). Fundada no dia 24 de junho de 1821, por Antônio Machado de Oliveira, compreendia as vilas de Agai, Águas da Prata e Vargem Grande do Sul e, em 1880, recebeu sua emancipação, quando foi elevada a município.

História

Antônio Machado chegou com sua família na cidade às vésperas do dia de São João Batista e decidiram dar o nome do santo festejado ao lugar onde se estabeleceram. Já “Boa Vista” foi agregado ao nome devido às paisagens encantadoras das serras da região.

Outra figura importante na história do município foi o padre João Ramalho, que posteriormente foi considerado o verdadeiro patrono da cidade, pois incentivou o desenvolvimento do local, muitas vezes dando às pessoas porções de terras para que se fimassem no lugar. Ele também construiu uma capela para missas dominicais e sacramentos.

No entanto, o desenvolvimento de São João da Boa Vista só alavancou após a instalação da ferrovia da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que proporcionou o intercâmbio econômico e cultural com cidades mais adiantadas, como a capital paulista, além de estimular o crescimento industrial, comercial e agrícola.

O município possui grandes colinas, sendo o ponto mais alto o Morro do Mirante (1.663 metros). Por

estar cercado de amplos horizontes, é também conhecido como “Cidade dos Crepúsculos Maravilhosos”, graças à visão que os admiradores têm do pôr do sol, especialmente nos meses de abril e maio.

São João da Boa Vista está se tornando um grande centro universitário regional. Recentemente foi inaugurado o curso de Medicina pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE) e de Tecnologia da Informação, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), o que acabou sendo um grande atrativo para os jovens.

Justiça Federal

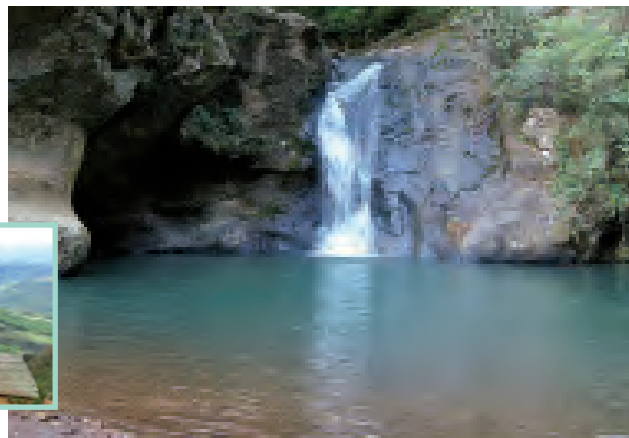
O Fórum de São João da Boa Vista foi inaugurado no dia 11 de outubro de 2002, pelo então desembargador federal Márcio José de Moraes, presidente do Tribunal Regional Federal

da 3ª Região (TRF3). Atualmente a diretora da 27ª Subseção é a juíza federal Luciana da Costa Henrique, auxiliada pelo juiz federal substituto Osias Alves Penha.

A Subseção atende dezesseis cidades, totalizando cerca de 530 mil habitantes. Em setembro/2014 tramitavam no fórum mais de 6 mil processos, com destaque para os de matéria previdenciária, sendo mais de 2 mil ações.

Turismo

Entre as principais atrações culturais de São João da Boa Vista estão o Museu Histórico e Pedagógico Armando Sales de Oliveira; o Museu de Arte Sacra da Diocese, que possui um acervo rico em paramentos do século XIX e XX, tecidos bordados a ouro e prata, objetos religiosos, pinturas e mobílias de época; a Academia de Letras de São João da Boa



Fotos da região, fontes: guiadecachoeiras.com.br, memoriasjoanense.com, bikemagazine.com.br, radioclubeacaonde.com.br e br.worldmaps.com



Vista aérea da cidade de São João da Boa Vista. Fonte: Wikipedia

Vista e o Cine Ouro Branco.

A cidade é uma grande produtora de alimentos como mel, queijos, peixes, carnes de corte nobres e tradicionais. Oferece aos amantes de comida caseira variadas opções de restaurantes, como os tradicionais “O Caipira” e a “Cachaçaria Água Doce”, além de churrascarias, bares, pizzarias e restaurantes japoneses.

A Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial (EAPIC), é a festa mais tradicional da região. Conhecida como “festa country”, reúne eventos simultâneos que vão de exposições agropecuárias a shows com grandes nomes do cenário musical, do sertanejo ao pop-rock. A festa conta também com provas de hipismo clássico e rodeio com montaria em touros e cavalos. O evento acontece entre os dias 4 e 13 de julho e este ano completou sua 41ª edição.

Outra comemoração que ficou famosa na região é a “Festa de Maio”, que acontece no município de Itapira entre os dias 5 e 13 do mês e atrai também pessoas de cidades vizinhas. O evento

conta com barracas de bugigangas, roupas e comidas de rua, como sanduíches de pernil e calabresa, espetinhos, churros e diferentes doces caseiros. Algumas das barracas possuem fundos beneficentes, como asilos e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) local. A festa acontece no Largo da Matriz São Benedito.

A região da 27ª Subseção Judiciária é ideal para aventureiros e para quem gosta de natureza e atividades ao ar livre. Águas da Prata é um lugar onde se encontra propriedades medicinais em suas águas. O Pico do Gavião é um ponto famoso entre os amantes de voo livre, que o utilizam para praticar esportes como asa delta e parapente. Além disso, a cidade ainda possui diversas cachoeiras, cascatas, lagos artificiais e trilhas que atendem todas as faixas etárias, onde o turista entra em contato com a natureza exuberante do lugar.

Outro destino conhecido é o Parque Prainha, localizado no município de Caconde, com capacidade para três mil pessoas e um camping para 150

barracas. Possui área de mata nativa com praia fluvial e estrutura básica de lazer e segurança. Caconde recebe um maior número de pessoas durante a primavera e o verão, que visitam as cachoeiras Santa Quitéria e Mumbuca, as trilhas Pontal e do Fuga e o Morro Redentor.

Em Mogi Mirim, situada a aproximadamente 68 km de São João da Boa Vista, existe o Complexo Lavapés, que oferece lazer, atividades esportivas e culturais. O parque dispõe de espaço para cooper, ciclovias, quadras, um teatro de arena e um amplo lago natural. Na cidade encontra-se também uma famosa cervejaria artesanal, chamada Sauber Beer, onde são produzidas cervejas de diversos sabores sendo possível aos turistas acompanharem o processo de produção das bebidas. Outra atração da cervejaria são os jantares harmônicos que acontecem periodicamente, nos quais um chef prepara os pratos combinando-os com as cervejas oferecidas pela casa.

EVENTOS E CULTURA

FESTA PADROEIRA DO BRASIL - 3 a 12/10. Aparecida do Norte/SP - Novena em louvor a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. O Santuário, declarado de âmbito nacional (1984) pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, recebe mais de 11 milhões de visitantes anualmente. Visitaram também os papas João Paulo II, 1980; Bento XVI, 2007 e Francisco em 2013, que veio ao país para a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro. Em 12/10, dia da Padroeira do Brasil, serão realizadas missas e uma procissão que sai da Basílica Velha e percorre as ruas da cidade até o Santuário Nacional. O evento é encerrado com shows musicais e pirotécnicos. Detalhes, acesse [🌐](#).



32ª OKTOBERFEST BLUMENAU - 8 a 26/10. Blumenau/SC. É a segunda maior festa alemã do mundo que reúne mais de 600 mil pessoas por ano. Degustação de cervejas artesanais e industriais, desfiles, tradições e folclore fazem parte das atrações, em uma área de 26 mil m², no Parque Vila Germânica, no Bairro da Velha. Todas as noites, Concurso Nacional de Tomadores de Chope em Metro e, no último dia, conheça o mais rápido bebedor da festa. Vale lembrar que o chope servido na competição é sem álcool. No Centro de Blumenau, na rua XV de Novembro, quartas e sábados, desfile oficial onde se apresentam mais de 3 mil integrantes em carros folclóricos, de caça e tiro, bandas, fanfarras e a realeza da Oktoberfest. Para chegar ao local do evento, este ano, será colocada uma linha de ônibus inter-hotéis. Acesse: [🌐](#).



28º SALÃO INTERNACIONAL DO AUTOMÓVEL 2014 - 30/10 a 9/11 – São Paulo/SP. O maior e mais importante evento automobilístico da América Latina. Os visitantes, pela primeira vez, poderão fazer um test-drive entre 20 modelos de diversas marcas. Tecnologia, sofisticação, beleza, funcionalidade, luxo e segurança, são itens que as diversas montadoras nacionais e internacionais apresentam ao público. Estiveram no salão anterior 750 mil visitantes. Local: Pavilhão de Exposições do Anhembi. Av. Olavo Fontoura, 1.209, Santana, São Paulo/SP. Datas/horários: 30/10: 14h-22h (entrada até 21h); 31/10 a 8/11: 13h-22h (entrada até 21h); 9/11: 11h-19h (entrada até 17h). Transporte gratuito a partir da estação do Metrô Tietê e Barra Funda. Saiba mais: [🌐](#).

XX MARATONA INTERNACIONAL DE SÃO PAULO - Até 15/10, inscrições pela internet (limite 22 mil atletas). Data do evento: 19/10/2014 (São Paulo/SP). Idade mínima 18 anos. Categorias, masculino e

feminino: Pelotão Geral (maratona 42km, corrida 25km e 10km), Elite (maratona), Atleta com deficiência (maratona), Caminhada (3km, prova participativa, sem classificação). Premiação total da categoria Maratona: R\$146mil para os atletas e R\$14.600,00 para os respectivos técnicos. Entrega dos kits, somente 17 e 18/10. LARGADA: Av. Pedro Álvares Cabral, Ibirapuera. Confira: [🌐](#).

90ª CORRIDA INTERNACIONAL DE SÃO SILVESTRE - Até 28/11, inscrições pela internet (limite 30mil vagas). Data da prova: 31/12/2014 - São Paulo/SP. A corrida mais tradicional do país foi instituída pelo jornalista Cásper Líbero em 1925. É aberta a pessoas inscritas, de ambos os sexos, acima de 18 anos. O percurso da prova, que passa pelos principais pontos da região central da capital paulista, tem 15 km e desde 2012 é realizada no período da manhã. Os prêmios serão para a Categoria Pelotão Geral (Geral e Elite), masculino e feminino, e somam R\$ 325 mil. O kit e o chip serão entregues de 27 a 30/12, pessoalmente ao atleta inscrito. LARGADA, Av. Paulista, próximo a Rua Frei Caneca e CHEGADA, Av. Paulista, 900, em frente ao Edifício Cásper Líbero. Informações: [🌐](#).



[🌐](#) Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

Kátia Serafim e Helio Martins Jr.

LIVROS E FILMES

**Livro: Resumo de Direito Canônico****Autor: Edson Luiz Sampel****Editora: Santuário**

A obra é do servidor Edson Luiz Sampel, lotado no gabinete da Conciliação do TRF3, e é dirigida a iniciantes no Direito Canônico. O livro inclui a íntegra do acordo Brasil-Santa Sé, com comentários, a relação de todos os tribunais eclesiásticos do Brasil e

o modelo histórico para a abertura de um processo de nulidade de casamento.

**Livro: O Colecionador de Palavras****Autoras: Ana Cristina Silva Abreu e****Marina Emmanuele Garcia****Editora: Cuore**

O livro foi lançado na 23ª Bienal Internacional do Livro em São Paulo, e uma das autoras, Ana Cristina Silva Abreu, é servidora da Subseção de Santo André. O livro tem a proposta de levar o leitor infanto-juvenil a um

encontro criativo com o poema "Procura da Poesia", de Carlos Drummond de Andrade.

**Livro: Vade Mecum Doutrina - Técnico e Analista de Tribunais e Ministério Público – 4ª Ed.****Autores: Álvaro de Azevedo Gonzaga e Nathaly Campitelli Roque****Editora: Método**

A obra reúne as principais matérias necessárias à preparação para as provas de concursos para os cargos de técnico e analista dos Tribunais e Ministério Público, incluindo tabelas e esquemas, proporcionando o estudo e uma revisão rápida, panorâmica e global dos temas. O servidor Dalton Jesus de Oliveira, analista judiciário do TRF3, é um dos coautores.

HOME-VÍDEO

"Argo"**Lançamento: novembro de 2012****Dirigido por Ben Affleck****Com: Ben Affleck, Bryan Cranston, John Goodman mais****Gênero: suspense, drama histórico****Nacionalidade: EUA**

É 1979 e o aiatolá Khomeini chega ao poder no Irã. O líder deposto do país (Xá) foge como exilado político para os Estados Unidos, que haviam apoiado seu governo de opressão. Nas ruas de Teerã ocorrem diversos protestos contra os americanos o que acaba culminando na invasão da embaixada americana. Seis funcionários conseguem escapar, indo se refugiar na casa do embaixador canadense. Lá eles vivem secretamente, enquanto a CIA busca um meio de retirá-los do país em segurança. A melhor

opção apresentada pelo agente Tony Mendez (Ben Affleck), um especialista em exfiltrações, é simular a visita de uma produção de Hollywood para servir de fachada para a operação. O filme é baseado numa história real.

CINEMA

"Trash, a esperança vem do lixo"**Lançamento: outubro 2014****Dirigido por Stephen Daldry****Com: Rooney Mara, Wagner Moura, Martin Sheen e Selton Mello****Gênero: suspense, ação****Nacionalidade: Brasil e Reino Unido**

A trama apresenta os garotos Raphael, Gardo e Rato, três meninos que vivem rodeados pela pobreza e miséria em um lixão do Rio de Janeiro. Porém, após um deles encontrar uma carteira em meio aos despejos do aterro sanitário, os garotos entram na mira do policial Frederico e do político corrupto Santos. A carteira em questão possui um código capaz de levar a uma fortuna de R\$ 10 milhões. Em sua jornada as crianças terão

somente a ajuda do pastor Juilliard e da professora Olivia.



28 DE OUTUBRO
DIA DO SERVIDOR PÚBLICO



**Homenagem aos homens e
mulheres que fazem parte da
Justiça Federal em São Paulo**